



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

CNPJ.: 31.796.584/0001-87

DECLARAÇÃO 3.2.5 - DEMRE

OBSERVAÇÃO

Em atenção à solicitação de retificação da Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Águia Branca – Contas de Governo recebida, esclarecemos para os devidos fins que a legislação municipal prevê benefícios fiscais nos artigos 164, 182, 240 e 256 da Lei Municipal nº 1.426/2017, bem como nas disposições da Lei Municipal nº 1.425/2017. Embora esses benefícios estejam instituídos há vários exercícios financeiros, é importante salientar que, no exercício de 2022, NÃO HOUVE CONCESSÃO desses benefícios a qualquer contribuinte.

No tocante ao fato do demonstrativo DEMRE ter sido enviado sem ter apresentado as colunas de renúncia prevista no anexo de metas fiscais e devida compensação, informamos que não foi prevista a compensação, considerando que os valores renunciados foram previstos na Estimativa da Receita do orçamento aprovado para o exercício já com o desconto aplicado, e que as renúncias não foram previstas antecipadamente, em virtude de tal fato depender do contribuinte optar, por exemplo, pelo pagamento da cota única com desconto no IPTU (art.164, Lei 1.426/2017) e, que nem todos optam pelo desconto antecipado todos os anos.

Além disso, as isenções dependem do contribuinte requerer o benefício e se enquadrar nos requisitos da Lei, sendo que quando isso não ocorre, a isenção não é concedida.

Portanto, assevera-se que em relação as isenções previstas no Código Tributário Municipal (Lei nº 1.426/2017), não há incidência de fato gerador da concessão das renúncias previstas em lei dentro do exercício em análise, razão pela qual não consta valores de renúncia executada no demonstrativo DEMRE.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CNPJ.: 31.796.584/0001-87

Por fim, ratificamos ainda que a Prefeitura Municipal de Águia Branca NÃO REALIZOU qualquer ato legal que possa ser caracterizado como renúncia de receitas no exercício financeiro de 2022, tais como *“anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado”* conforme previsto no art. 14, §1º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº. 101/2000), uma vez que os benefícios concedidos através das citadas Leis, não prejudicaram as metas fiscais estabelecidas e as metas constantes do plano plurianual, haja vista que não foram considerados na estimativa da receita orçamentária constante da LOA, nos termos do art. 14, §1º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº. 101/2000).

Por ser verdade, firmo a presente declaração em 01(uma) via, para que surta os efeitos legais.

Águia Branca/ES, 05 de julho de 2023.

JAILSON JOSÉ QUIUQUI

Prefeito Municipal